

JOSIANE ROSE PETRY VERONESE

DIREITO PENAL JUVENIL E
RESPONSABILIZAÇÃO ESTATUTÁRIA:

Elementos aproximativos e/ou distanciadores?
– o que diz a Lei do Sinase –
a inimputabilidade penal em debate

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2015

Copyright © 2015 by Josiane Rose Petry Veronese

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: José Roberto dos Santos Lima

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

V549d Veronese, Josiane Rose Petry.

Direito penal juvenil e responsabilização estatutária : elementos aproximativos e/ou distanciadores? : o que diz a Lei Sinase : a inimputabilidade penal em debate / Josiane Rose Petry Veronese. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2015. x, 317 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 289-305.

ISBN 978-85-8440-161-1

1. Menores – Estatuto legal, leis, etc. – Brasil. 2. Direito das crianças – Brasil. 3. Direito dos adolescentes – Brasil. 4. Pena (Direito) - Brasil. 5. Responsabilidade penal – Brasil. 6. Delinquentes juvenis – Reabilitação - Brasil. 7. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Brasil). I. Título.

CDD – 364.360981

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. DA PENALIZAÇÃO À RESPONSABILIZAÇÃO SOCIAL: DO CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	7
2.1. A PENALIZAÇÃO EM DIFERENTES POVOS: UMA BREVE INCURSÃO HISTÓRICA	7
2.2. O DIREITO BRASILEIRO: A COMPOSIÇÃO DE UM MOSAICO.....	9
2.3. DA PENALIZAÇÃO À RESPONSABILIZAÇÃO ESTATUTÁRIA: A TRAJETÓRIA BRASILEIRA.....	15
2.3.1. O Código Criminal do Império.....	16
2.3.2. O Código Penal Republicano	18
2.3.3. O Código de Menores de 1927	22
2.3.3.1. O surgimento do SAM – Serviço de Assistência a Menores ...	29
2.3.4. O Código Penal de 1940	31
2.3.5. A criação da Fundação Nacional do Bem-estar do Menor – FUNABEM	33
2.3.6. O Código de Menores de 1979.....	36
2.3.6.1. O Código de Menores de 1979 e suas idiossincrasias	39
2.3.7. O Estatuto da Criança e do Adolescente: aspectos gerais.....	43
2.4. O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS.....	56
3. MENORIDADE, IMPUTABILIDADE E INIMPUTABILIDADE PENAL.....	65
3.1. DISTINTAS CONCEPÇÕES ACERCA DA MENORIDADE.....	65
3.2. AS DIFERENTES IDADES	66
3.2.1. Menoridade civil: a concepção do Código Civil Brasileiro.....	66
3.2.1.1. Capacidade civil e capacidade plena.....	68
3.2.2. Menoridade laboral: a concepção da Consolidação das leis do Trabalho e do Estatuto da Criança e do Adolescente	70
3.2.2.1. Adolescente empregado.....	75

3.2.2.2. Adolescente aprendiz.....	78
3.2.2.3. Trabalho educativo.....	80
3.2.3. Menoridade penal: a concepção do Código Penal.....	84
3.2.3.1. Aspectos gerais.....	84
3.2.3.2. A redução da idade penal: por entre devaneios políticos.....	86
3.3. A IMPUTABILIDADE E INIMPUTABILIDADE PENAL.....	89
3.3.1. A necessária compreensão dos termos.....	89
3.3.2. A inimputabilidade no âmbito constitucional.....	93
3.3.3. A imputabilidade no âmbito penal.....	95
3.4. A IMPUTABILIDADE ESTATUTÁRIA OU RESPONSABILIZAÇÃO ESTATUTÁRIA?.....	99
3.5. CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A CONCEPÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	100
3.5.1. Criança e adolescente: sujeitos-cidadãos.....	100
3.5.2. Parte Geral - Livro I do Estatuto da Criança e do Adolescente: alguns apontamentos.....	102
3.5.3. Parte Especial - Livro II do Estatuto da Criança e do Adolescente: destaques.....	103
4. O ATO INFRACIONAL: ASPECTOS DOUTRINÁRIOS E A NORMATIVA INTERNACIONAL E NACIONAL.....	107
4.1. AS DOUTRINAS JURÍDICAS E O ATO INFRACIONAL: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO.....	107
4.2. CRIME: SITUANDO O TEMA.....	108
4.2.1. Uma breve análise histórica.....	108
4.2.2. O crime e a dogmática penal.....	117
4.2.3. Contravenção Penal: aspectos gerais.....	123
4.3. O TEMPO DO ATO INFRACIONAL.....	125
4.4. OS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS E A QUESTÃO DO “CRIME”.....	126
4.4.1. Convenção Internacional dos Direitos da Criança.....	126
4.4.2. Regras Mínimas para a Administração da Justiça Juvenil.....	129
4.4.3. Diretrizes das Nações Unidas Para Prevenção da Delinquência Juvenil.....	130
4.4.4. Regras Mínimas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade.....	133

4.5. O CONCEITO DE ATO INFRACIONAL	137
4.6. A CRIANÇA E A PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL	146
5. DIREITOS INDIVIDUAIS, GARANTIAS PROCESSUAIS E A PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL	149
5.1. ASPECTOS GERAIS	149
5.2. A VISÃO CONSTITUCIONAL.....	152
5.3. O PROCEDIMENTO ADOTADO E AS REGRAS DE BEIJING	154
5.4. AS GARANTIAS PROCESSUAIS E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	155
5.4.1. Os direitos individuais.....	155
5.4.2. As garantias processuais.....	163
5.5. O PROCESSO DE APURAÇÃO DO ATO INFRACIONAL.	168
5.5.1. Etapa investigatória	169
5.5.2. Audiência preliminar	175
5.5.3. Etapa judicial.....	185
6. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: A CONSTITUIÇÃO DE UM NOVO MODELO DE RESPONSABILIZAÇÃO.....	199
6.1. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	199
6.2. AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: SUAS ESPECIFICIDADES	205
6.2.1. A advertência	205
6.2.2. A obrigação de reparar o dano	208
6.2.3. A prestação de serviços à comunidade.....	212
6.2.4. A liberdade assistida.....	215
6.2.5. As medidas restritivas de liberdade	220
6.2.5.1. O regime de semiliberdade	220
6.2.5.2. A internação.....	222
6.3. O INSTITUTO DA REMISSÃO.....	232
6.4. O SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SINASE: PRIMEIRAS ANÁLISES.....	235
6.4.1. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: algumas especificidades	239

6.5. A execução das medidas socioeducativas e a Lei do SINASE: procedimentos	241
7. O DIREITO PENAL JUVENIL E A RESPONSABILIZAÇÃO ESTATUTÁRIA: EMBASAMENTO TEÓRICO-CONEITUAL	249
7.1. SITUANDO O TEMA.....	249
7.2. A CARCERIZAÇÃO E SEUS PARADOXOS	252
7.2.1. A deslegitimação do sistema penal.....	255
7.2.2. O princípio da subsidiariedade do Direito Penal e o Direito da Criança e do Adolescente.....	259
7.3. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: SINÔNIMO DE PENA?	260
7.4. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: PENAS ALTERNATIVAS?.....	263
7.5. A IDEIA DA RESPONSABILIZAÇÃO ESTATUTÁRIA.....	266
7.6. A RESPONSABILIZAÇÃO ESTATUTÁRIA E A JUSTIÇA RESTAURATIVA	274
7.6.1. Compreendendo o tema	274
7.6.2. A justiça restaurativa e a Lei do SINASE	277
7.7. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: ALGUMAS REFLEXÕES.....	280
8. CONCLUSÃO	285
REFERÊNCIAS.....	289